



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - GESTÃO - CONTADOR

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas e uma discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar a folha de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e na folha de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições na folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Há diferentes processos de raciocínio; entre as frases abaixo, aquela que mostra o método indutivo de raciocínio é a seguinte:

- (A) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões provêm deste saco, logo eles são pretos.
- (B) Estes feijões provêm deste saco, estes feijões são pretos, logo todos os feijões deste saco são pretos.
- (C) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões são pretos, logo os feijões provêm deste saco.
- (D) Os feijões deste saco são pretos, assim, eles são pretos porque provêm deste saco.
- (E) Estes feijões deste saco são pretos e também são pretos estes feijões, logo eles provêm deste saco.

2

O escritor italiano Leopardi escreveu em seus *Pensamentos*:

“Como as prisões e as galeras estão cheias de pessoas, segundo elas, inocentíssimas, assim os empregos públicos e as honrarias de toda espécie são ocupados apenas por pessoas convidadas e forçadas a aceitar a seu malgrado. É quase impossível encontrar alguém que confesse ter merecido as penas que sofre, ou procurado ou desejado as honrarias de que goza”.

Sobre a estruturação ou a significação desse fragmento textual do século XVIII, é correto afirmar que:

- (A) os presos e os ocupantes de cargos públicos de importância mostram em comum a hipocrisia;
- (B) o pronome “elas” se refere, anaforicamente, aos substantivos “prisões” e “galeras”;
- (C) a forma verbal “são ocupados” se combina semanticamente com “empregos públicos” e “honrarias”;
- (D) os termos “forçadas” e “penas que sofre” são empregados por ironia;
- (E) o termo “toda espécie” deveria ser adequadamente substituído por “toda a espécie”.

3

A língua escrita tem diferentes funções. Cada uma das alternativas abaixo contém um texto no qual se evidencia uma dessas funções.

A alternativa em que essa função está corretamente explicitada é:

- (A) A cozinheira abriu o livro de receitas de sua avó e seguiu passo a passo as instruções ali dadas. / nesse caso, a função da escrita é a preservação de conhecimentos;
- (B) O rapaz escolheu um dos mais belos poemas de Camões para mandar à sua namorada, mas perguntou-se se aquele poema, de tanto tempo atrás, ainda fazia efeito. / nesse caso, a função da escrita é a de transferir um texto de um local a outro;
- (C) O leitor apreciou com emoção o texto de Guimarães Rosa, que já lia pela vigésima vez, tal a sua beleza. / nesse caso, a função da escrita é transmitir conhecimento para o leitor;
- (D) O repórter colocou à sua frente os nomes dos políticos que precisava citar na reportagem. / nesse caso, a função da escrita é produzir textos de qualidade artística;
- (E) O publicitário fez um cartaz colorido e pregou suas cópias nas paredes do bairro a fim de que os vizinhos conhecessem o produto. / nesse caso, a função da escrita é a de memorizar.

4

A frase abaixo que mostra confusão entre os parônimos “cavaleiro” e “cavalheiro” é:

- (A) “Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?” (O Cortiço – Aluísio Azevedo);
- (B) “A força moral da nação tinha, portanto, desaparecido, e a força material era apenas um fantasma; porque, debaixo das lorigas dos cavaleiros e dos saios dos peões das hostes não havia senão ânimos gelados, que não podiam aquecer-se ao fogo do santo amor da terra natal.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (C) “A esta gente bruta e indomável, cujo esforço vem das crenças da outra vida, se juntam os esquadrões de cavaleiros sarracenos que vagueiam pelas solidões da Arábia, pelas planícies do Egito e pelos vales da Síria...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (D) “Os raios matutinos faziam alvejar os turbantes e cintilavam nos ferros das lanças que os cavaleiros tinham em punho...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (E) “Os cavalheiros passaram um pelo outro como relâmpagos, para logo tornarem a voltar arrancando das espadas.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano).

5

Observe as frases abaixo, retiradas da obra *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

A alternativa em que está correta a forma da palavra sublinhada é:

- (A) “Nestes corações, aonde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina...”;
- (B) “Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar aonde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras.”;
- (C) “Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde ele aparecia.”;
- (D) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, aonde é que se escondera?”;
- (E) “– Quero respirar o ar puro e fresco da tarde; mais nada repliquei. – Leva-me, onde te aprover.”.

6

A frase que mostra um termo sublinhado que só pode ser identificado graças ao conhecimento de mundo do leitor, já que não foi mencionado antes, é:

- (A) O telefone tocou no escritório e o toque foi escutado por todos os presentes.
- (B) A igreja estava cheia, pois era dia de casamento de gente importante; o sacerdote estava com a batina nova.
- (C) A mulher estava grávida de seis meses e durante toda a gravidez pediu que lhe comprassem doces variados.
- (D) O carro era novo e o proprietário exigia que os passageiros limpassem os pés antes de entrarem no veículo.
- (E) Os convidados deixavam os presentes na porta onde eles recebiam a identificação do doador.

7

Todas as frases abaixo mostram um substantivo precedido por um artigo definido. A explicação para esse emprego é dada ao final de cada frase.

A única explicação incorreta é:

- (A) Uma das joias herdadas de meu pai foi um relógio de ouro, datado de 1780. A peça, digna de um museu, havia sido comprada por meu avô em um leilão. / referência a um termo anterior por meio de um hiperônimo;
- (B) A cooperativa agrícola é de todos os sócios com igualdade de direitos. A assembleia de sócios elege uma junta diretora e a junta toma as decisões necessárias. / repetição de um termo já mencionado anteriormente;
- (C) Augusta havia idealizado o seu príncipe encantado como um cavalheiro do século XVIII, um produto de uma tradição cultural concreta. E aqui convém recordar que as tradições culturais constituem um fator de peso nessa área. / referência baseada no conhecimento de mundo do leitor;
- (D) Pode-se imaginar uma apólice de seguros que cobrisse os danos provocados por incêndios florestais? Dada a frequência e magnitude dessas catástrofes, o contrato não seria rentável para nenhum dos lados. / referência a um termo já mencionado (“apólice de seguros”);
- (E) O hotel em Copacabana recebe o turista em um hall espelhado de onde sai um corredor que conduz diretamente aos apartamentos. A passagem está decorada com móveis antigos. / repetição de um termo já mencionado por meio de um sinônimo.

8

No texto abaixo, é necessário apresentar pela primeira vez a entidade a que depois se faz referência.

“_____ deixaram obsoletas, em 1937, as de algodão, seda ou lã. As empregadas da casa Du Pont, firma em que trabalhava o inventor dessa peça feminina, Wallace Carothers, foram as primeiras a experimentarem essas meias eróticas. A seguir se venderam 64 milhões de pares nos Estados Unidos.”

A forma mais adequada estruturalmente para preencher a lacuna da frase é:

- (A) As meias de náilon;
- (B) As meias;
- (C) As novas meias;
- (D) As peças femininas eróticas;
- (E) As meias revolucionárias.

9

Uma pergunta muito comum é “Para que aprender a escrever?”. Entre as frases abaixo, aquela que NÃO serve de resposta a essa pergunta é:

- (A) “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (Crítica Literária – Machado de Assis);
- (B) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum.” (Ensaio sobre a Sátira – Dryden);
- (C) “À questão sempre formulada: ‘Por que escreveis?’ a resposta do poeta será sempre a mais breve: ‘Para viver melhor.’ !” (Resposta a um Questionário – Saint-John Perse);
- (D) “Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades.” (Cartas a Manuel Bandeira – Mário de Andrade);
- (E) “Instruir e divertir os povos deve ser o empenho dos escritores; os mais hábeis são os que instruem divertindo.” (Máximas, Pensamentos e Reflexões – Marquês de Maricá).

10

A frase abaixo – retirada do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo – em que a palavra “coisa” foi substituída por uma palavra ou expressão de valor referencial inadequado ao contexto é:

- (A) “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas!” / funções;
- (B) “Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. ‘Não que acreditasse nessas coisas’, justificava-se ela, ‘mas fazia porque os outros faziam.’” / tradições;
- (C) “— Tem já o seu pecúlio, tem! considerava ele. A mulher que o quisesse, levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... é moço de muito futuro!” / bens;
- (D) “Era cronicamente virgem, mas afirmava que em moça, rejeitara muito casamento bom. Dava-se a coisas de igreja; sabia vestir anjos de procissão e pintava os cabelos com cosmético preto.” / atividades;
- (E) “Dias, o piedoso, o doce Luís Dias, também comparecera aquela noite à sala do patrão. Lá estava, metido a um canto, roendo ferozmente as unhas, o olhar imóvel sobre Ana Rosa, que, ao piano, dispunha-se a tocar alguma coisa e experimentava as teclas.” / música.

11

Em todas as alternativas abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes demonstrativos.

A única frase em que o pronome substituto NÃO é um pronome demonstrativo, como os demais, é:

- (A) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bomfim);
- (B) “Poucas vezes quem ganha o que não merece agradece o que ganha.” (Quevedo);
- (C) “Deve-se evitar chamar alguém por um apelido, ainda que ele esteja acostumado a isso.” (W. Hazlitt);
- (D) “E desde então todo o povo alemão foi dividido pelo seu governo em duas classes: a dos espíões e a dos espionados.” (Ludwig Börne);
- (E) “Adular os tolos é um meio ordinário de os desfrutar; os velhacos o empregam eficazmente.” (Marquês de Maricá).

12

Nas opções abaixo, há termos destacados que são omitidos na continuidade da frase.

A exceção é:

- (A) “O progresso é a injustiça que cada geração comete em relação à precedente.” (M. Cioran);
- (B) “Amigo verdadeiro é aquele que nos quer apesar de nada.” (Sofocleto);
- (C) “Longo é o caminho ensinado pela teoria, curto e eficaz, o do exemplo.” (Sêneca);
- (D) “De nada serve ao homem ganhar a Lua se chega a perder a Terra.” (François Mauriac);
- (E) “O computador é tão tolo quanto o homem.” (Giraudoux).

13

A frase em que a substituição de um termo extenso (sublinhado) por um mais simples acarreta alteração significativa do sentido original é:

- (A) A totalidade dos eleitores foi impedida de votar em função do temporal que assolou a região. / Todos os;
- (B) Os governos esperam que os eleitores reconheçam os benefícios que lhes foram feitos. / bens;
- (C) Nem sempre a utilização de um remédio traz benefício à saúde. / o uso;
- (D) Os novos decretos institucionalizados não foram bem recebidos pela população. / impressos;
- (E) Um mal generalizado deixa de ser visto como um mal. / geral.

14

Em todas as frases abaixo, estão sublinhados um substantivo e um adjetivo.

A opção em que o adjetivo NÃO corresponde semanticamente ao substantivo é:

- (A) As crianças algumas vezes mudam de reações diante das mesmas coisas e essa mudança infantil é frequente.
- (B) Os esgotos urbanos são muito importantes para a limpeza das idades.
- (C) Periódicos exames cardíacos deixam o coração em paz.
- (D) A Lua continua trazendo surpresas e agora mesmo os chineses trouxeram novidades sobre a face lunar oculta.
- (E) Após a leitura de várias linhas, o aluno decidiu abandonar essa leitura literal e ler mais rapidamente.

15

Considere a frase de Eugênio Mohallem a seguir.

“Aniversário: aquela festa onde comemoramos estar um ano mais próximo da morte.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma estrutura de definição de um termo, feita de forma objetiva;
- (B) o termo “aniversário” foi referido por meio de um sinônimo (“festa”);
- (C) o emprego do demonstrativo “aquela” se justifica pela referência a um tempo distante;
- (D) o termo “onde” mostra um mau emprego, devendo ser substituído por “quando”;
- (E) a frase traz uma visão otimista de um aniversário.

16

Leia a frase de Epicuro a seguir.

“A morte não é nada, já que quando somos, a morte ainda não veio, e quando a morte vem, já não somos.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a repetição do termo “a morte” não traz um problema de estruturação da frase porque há ênfase intencional no emprego;
- (B) como o verbo “ser” é um verbo de ligação, seu emprego na frase reduz a qualidade do texto;
- (C) a expressão “não é nada” equivale a “é tudo”, podendo esta substituir a forma anterior;
- (D) os termos “ainda” e “já” são expressões de tempo, respectivamente de tempo passado e tempo futuro;
- (E) a forma “vem” está inadequada e deveria ser substituída por “vier”, já que se trata de um evento futuro.

17

Todas as opções abaixo mostram orações adjetivas sublinhadas; a alternativa em que houve uma substituição inadequada de uma oração por um adjetivo ou locução é:

- (A) “A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos.” (Gal Costa) / da maturidade;
- (B) “A mocidade é um dia que passa.” (Carmen Suplicy) / passageiro;
- (C) “As únicas raízes que precisamos preservar são as da mandioca.” (Joãosinho Trinta) / preservativas;
- (D) “A espécie humana é a única que sabe que deve morrer.” (Voltaire) / consciente de;
- (E) “Os homens não seguem aqueles que estão em dúvida.” (Walter Lippmann) / vacilantes.

18

Um problema frequente na língua escrita é a redundância, ou seja, a utilização de palavras com o mesmo significado, tornando-as desnecessárias.

A frase abaixo que NÃO mostra nenhum tipo de redundância é:

- (A) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto com o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne);
- (B) “O homem pouco inteligente não pode ter ilusões: ou engana-se a si mesmo ou trata de enganar os outros.” (Stendhal);
- (C) “A pessoa deveria se autoexaminar por bastante tempo antes de pensar em condenar os outros.” (Molière);
- (D) “Uma lagarta que buscasse conhecer a si própria jamais se transformaria numa borboleta.” (André Gide);
- (E) “Cego é o homem que enxerga somente a sua imagem no espelho.” (Ana Maria B. Gil).

19

Na frase de César Augusto – “Apressa-te devagar.” – há a presença de um paradoxo, ou seja, o emprego de palavras que contrariam a lógica ou o senso comum, o que também ocorre na seguinte frase de Machado de Assis:

- (A) “Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exatidão a verdade.” (Memorial de Aires);
- (B) “Mas já que falei dos meus tios, deixem-me aqui fazer um curto espaço genealógico.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas);
- (C) “Sabemos que a moça não era bonita. Pois estava linda, à força da felicidade.” (Quincas Borba);
- (D) “Estava em casa de D. Cesária, onde a irmã escurecia tudo com a sua viuvez recente.” (Memorial de Aires);
- (E) “Eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas).

20

Um dos problemas mais frequentes na língua escrita é o da repetição de palavras idênticas, gerando uma série de diferentes estratégias para evitá-la. Em todas as frases abaixo há repetições de palavras idênticas.

A observação adequada sobre uma dessas repetições é:

- (A) “Se você não for melhor amanhã que hoje, então para que você precisa do amanhã?” (Rahbi da Bratislava) / repetição de palavras da mesma classe gramatical;
- (B) “Um homem competente é um homem que se equivoca segundo as regras.” (Paul Valéry) / repetição de palavras de diferentes classes gramaticais;
- (C) “A adolescência é um tribunal inesperado: o julgamento do pai pelo filho e o julgamento do filho pelo pai.” (Paulo Mendes Campos) / repetição de palavras com significado e classe diferentes;
- (D) “Se os fatos contradizem os profetas, pior para os fatos.” (Nelson Rodrigues) / repetição de palavras da mesma classe gramatical e mesmo significado;
- (E) “A alma é essa coisa que nos pergunta se a alma existe.” (Mário Quintana) / repetição de palavras de significados diferentes.

Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, é composto pela totalidade dos desembargadores integrantes da Corte e é presidido pelo seu presidente, a quem caberá organizar suas pautas, conduzir as sessões e decidir pontualmente sobre questões de ordem, submetendo-as ao Plenário em caso de oposição de qualquer de seus membros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que as sessões do Tribunal Pleno:

- (A) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (B) poderão ser presenciais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por três quintos dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (C) serão presenciais, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (D) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (E) serão presenciais, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso.

22

Lucas, analista lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, praticou, no exercício de suas funções, infração disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2025 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que cabe à Comissão:

- (A) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (B) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (C) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Conselho da Magistratura, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (D) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele;
- (E) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele.

23

As serventias judiciais fornecerão certidão relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, ressalvados os processos abarcados por segredo de justiça, observadas as disposições legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (B) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente;
- (C) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (D) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas;
- (E) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas.

24

Durante a campanha eleitoral, Caio, candidato ao cargo de prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, prometeu aos eleitores que iria defender a criação de uma Comarca na referida municipalidade, de forma a ampliar o acesso à justiça por parte da coletividade em geral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, a instalação da Comarca Alfa deverá ser feita por:

- (A) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça ou da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (B) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência da Assembleia Legislativa;
- (C) lei de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (D) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato do governador do estado;
- (E) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal.

25

O Supremo Tribunal Federal foi provocado a decidir sobre a validade de uma lei municipal que tornava obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em *lan houses*, *cyber* cafés e estabelecimentos similares.

No que se refere a esse tema, de acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência é:

- (A) da União;
- (B) dos estados;
- (C) dos municípios;
- (D) da União e dos estados;
- (E) da União, dos estados e dos municípios.

26

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) instituiu o mecanismo da tomada de decisão apoiada, que consiste em um instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões.

Sobre esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa pode apresentar denúncia sobre eventual negligência de um apoiador;
- (B) a pessoa com deficiência pode selecionar até três pessoas para servirem como apoiadoras;
- (C) o Ministério Público pode indicar um indivíduo ou instituição para atuar como apoiador;
- (D) a pessoa apoiadora pode colocar fim imediato ao acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada;
- (E) prevalecerá, em regra, a opinião da pessoa apoiada em caso de divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores.

27

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil conforme procedimento previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

A Convenção reconhece que as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência podem ser agravadas por outras formas de discriminação sofridas por grupos marginalizados, razão pela qual contém dispositivo específico para alguns desses grupos, como:

- (A) idosos com deficiência;
- (B) mulheres com deficiência;
- (C) indígenas com deficiência;
- (D) transexuais com deficiência;
- (E) pessoas negras com deficiência.

28

A Lei nº 13.146/2015 prevê, em seu Título II (“Dos crimes e das infrações administrativas”), uma série de condutas ilícitas que, se praticadas, podem resultar em pena de reclusão de até 14 anos.

Será de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do crime de discriminação contra pessoa com deficiência, previsto no Art. 88 da referida Lei, quando praticado mediante:

- (A) publicação em revista on-line;
- (B) afixação de pôster ou *banner*;
- (C) troca de mensagens por aplicativo;
- (D) publicação de conteúdo em rede social aberta;
- (E) impressão de jornal de grande circulação.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, era desafeto do seu superior hierárquico. Este último, com o objetivo deliberado de prejudicá-lo, decidiu transferir Antônio para localidade distante, embora não fosse identificada necessidade do serviço. Irresignado, Antônio reuniu provas do ocorrido e encaminhou representação ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de ação em face do seu superior hierárquico em razão da prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, o Ministério Público concluiu corretamente, em relação à conduta do superior hierárquico, que:

- (A) a conduta não configura ato de improbidade administrativa, em razão do seu não enquadramento na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) o desvio de finalidade afronta a moralidade administrativa, estando caracterizado ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992;
- (C) a não caracterização do dolo do superior hierárquico impede o enquadramento da conduta na tipologia da Lei nº 8.429/1992 em que se subsume;
- (D) a conduta do superior hierárquico causou dano à esfera jurídica de Antônio, configurando ato de improbidade administrativa em razão do especial fim de agir que a motivou;
- (E) a tipologia da Lei nº 8.429/1992 é exemplificativa, o que permite o enquadramento da conduta do superior hierárquico na figura tipológica de violação aos princípios regentes da atividade estatal.

30

Joana é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do seu elevado nível de dedicação ao serviço, além da simpatia e solicitude que caracterizam a sua interação com os usuários do serviço, era comum que recebesse presentes, com valor comercial, de modo dissociado de ações de divulgação e de eventos especiais ou datas comemorativas. Os bens buscavam apenas lhe agradar, não estando condicionados ou relacionados a qualquer ato afeto ao exercício funcional. Apesar da boa-fé com que se conduzia, Joana foi aconselhada a analisar o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 32/2021), de modo a verificar se o recebimento de presentes era efetivamente permitido.

Após a análise realizada, Joana concluiu corretamente que o recebimento dos referidos presentes, nas condições indicadas, é:

- (A) vedado, em qualquer hipótese;
- (B) permitido, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedado, caso os idênticos presentes não sejam oferecidos à generalidade dos servidores lotados no mesmo órgão de Joana;
- (D) permitido, desde que a soma dos presentes recebidos anualmente não ultrapasse o limite anual de um salário mínimo;
- (E) permitido, desde que não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública, devendo ser doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Uma empresa S/A apresentou, em notas explicativas das demonstrações contábeis, um quadro complementar às informações da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), intitulado "Transações que não envolvem caixa", contendo os seguintes itens: ativo líquido adquirido em combinação de negócios por meio de emissão de instrumentos patrimoniais; contraprestação transferida para aquisição de controle; juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e ao intangível; a aquisição de ativos por meio de arrendamento.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o analista judiciário, especialista em contabilidade, identificou que esse quadro complementar:

- (A) está em conformidade com o CPC 03, pois transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa devem ser excluídas da DFC e divulgadas nas notas explicativas;
- (B) está em desconformidade com o CPC 03, pois todas as transações que afetam o imobilizado ou o passivo financeiro devem ser incluídas na DFC, independentemente da existência de pagamento em caixa;
- (C) está em desconformidade, pois a DFC deve abranger todas as variações patrimoniais relevantes, inclusive aquelas que não envolvem movimentação de caixa;
- (D) está violando o regramento do CPC 03, uma vez que transações de arrendamento devem ser tratadas como fluxos operacionais na DFC;
- (E) está em desconformidade com o CPC 03, pois a capitalização de juros e a adição de provisões ao imobilizado devem ser apresentadas como fluxos de caixa de investimento, por representarem acréscimos no ativo não circulante.

32

Em 2025, uma empresa S/A XYZ do setor de energia renovável adquiriu 40% das ações ordinárias de outra companhia S/A, uma empresa que opera parques eólicos no Nordeste. Além disso, a empresa XYZ obteve uma opção de compra exequível e vantajosa sobre mais 15% das ações com direito a voto, podendo exercê-la a qualquer momento nos próximos dois anos. Mesmo sem exercer a opção, XYZ passou a participar ativamente das decisões estratégicas, indicando dois dos cinco membros do conselho de administração e influenciando políticas operacionais e de investimentos.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, é correto afirmar que a empresa XYZ:

- (A) não pode ser considerada controladora, pois apenas a propriedade já consolidada de ações ordinárias confere poder de decisão nas assembleias;
- (B) não detém o controle, pois somente a titularidade efetiva da maioria das ações com direito a voto assegura preponderância nas deliberações sociais;
- (C) não exerce controle, já que o poder de eleger a maioria dos administradores depende do exercício formal da opção e da posse direta das ações correspondentes;
- (D) não detém controle, pois acordos ou instrumentos conversíveis ainda não exercidos não caracterizam, por si sós, direito de voto ou preponderância nas decisões sociais;
- (E) pode ser considerada controladora, pois os direitos de voto potenciais substantivos devem ser levados em conta na avaliação de poder.

33

A Verde Energia S/A possui usinas termoeletricas a carvão com custo histórico de R\$ 500.000, vida útil originalmente estimada em 20 anos e valor residual zero. A depreciação era realizada pelo método linear e o início da operação foi em janeiro de 2016. Em 2025, entrou em vigor legislação que proíbe o uso de carvão a partir de 2032, e os gestores avaliaram que as usinas se tornarão inviáveis economicamente a partir de 31/12/2029. Em 31/12/2025, os valores presentes dos fluxos de caixa projetados eram de R\$ 70.000,00 (2026), R\$ 60.000,00 (2027), R\$ 40.000,00 (2028) e R\$ 30.000,00 (2029), e o valor justo era de R\$ 210.000.000,00.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado, a nova depreciação anual, a partir de 2026, será de:

- (A) R\$ 25.000,00;
- (B) R\$ 50.000,00;
- (C) R\$ 52.500,00;
- (D) R\$ 60.000,00;
- (E) R\$ 68.750,00.

34

Uma empresa S/A de capital aberto atua no segmento de *streaming* de filmes e séries. No 4º trimestre de 2025, a companhia reconheceu, em suas demonstrações contábeis, uma provisão no valor de R\$ 620 milhões, em razão de uma disputa tributária relacionada à incidência de ISS sobre a receita de assinatura digital. De acordo com as estimativas da administração, a saída de recursos deverá ocorrer dentro de três anos, e o valor da provisão foi calculado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 10% ao ano.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o reconhecimento contábil subsequente no primeiro ano para essa provisão será:

- (A) débito em despesa financeira R\$ 62.000.000,00 e crédito em provisão para contingências R\$ 62.000.000,00;
- (B) débito em custos dos serviços prestados R\$ 62.000.000,00 e crédito em provisão para contingências R\$ 62.000.000,00;
- (C) débito em despesa financeira R\$ 68.200.000,00 e crédito em provisão para contingências R\$ 68.200.000,00;
- (D) débito em despesa operacional R\$ 62.000.000,00 e crédito em passivo financeiro R\$ 62.000.000,00;
- (E) manutenção da provisão em R\$ 620.000.000,00 sem efeito no resultado.

35

Uma companhia aberta está em processo de encerramento das suas demonstrações contábeis anuais e avaliou as peças obrigatórias a serem divulgadas ao mercado.

Considerando-se os preceitos da Lei nº 6.404/1976, o contador identificou a desobrigação de divulgação do(a):

- (A) nota explicativa;
- (B) relatório de sustentabilidade;
- (C) demonstração dos fluxos de caixa;
- (D) demonstração do valor adicionado;
- (E) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

36

Durante uma análise das demonstrações contábeis de uma empresa S/A de capital fechado, o analista judiciário responsável pelo trabalho identificou o seguinte lançamento contábil efetuado em 31/12/2024:

- Débito: Resultado de Investimentos – Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

- Crédito: Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar

O valor do lançamento corresponde à deliberação da assembleia que aprovou a distribuição, aos acionistas, de dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2024.

Considerando-se as informações apresentadas, o analista judiciário identificou corretamente que a empresa deveria ter:

- (A) transferido o valor deliberado diretamente para o patrimônio líquido, na conta de capital social, pois dividendos e JCP representam aumento de capital para os acionistas;
- (B) estornado o lançamento e reconhecido os dividendos e juros sobre capital próprio diretamente no ativo circulante, uma vez que se trata de aplicações financeiras de natureza patrimonial;
- (C) reconhecido o valor deliberado como despesa operacional, reduzindo o lucro líquido do exercício, pois o pagamento de dividendos e JCP decorre da atividade-fim da sociedade anônima;
- (D) mantido o lançamento no resultado do exercício, uma vez que dividendos e juros sobre capital próprio representam despesas financeiras decorrentes da remuneração do capital próprio;
- (E) reconhecido o valor deliberado como redução do lucro acumulado ou reserva de lucros, com contrapartida em passivo de dividendos e JCP a pagar, em vez de tratá-lo como um valor que afeta diretamente o resultado do exercício.

37

No final do primeiro semestre do exercício de 2022, a prefeitura de um dado município recebeu a doação de um terreno em uma determinada área do município, que deverá ser destinado à construção de uma praça pública e instalação no local de equipamentos *fitness* (“academia ao ar livre”), sob responsabilidade da gestão municipal. A gestão municipal ainda não destinou recursos do orçamento para a construção da praça e a instalação dos equipamentos, o que deverá ser providenciado a partir do próximo exercício. Enquanto isso, o terreno permanece cercado e sem uso por parte da população. Em uma vistoria dos bens imóveis do município no final do exercício, um servidor questionou se o terreno já deveria ser classificado como bem de uso comum do povo ou se ainda integra outra categoria de bens do patrimônio público municipal.

Considerando o caso hipotético apresentado e os tipos de bens públicos previstos no Código Civil, é correto afirmar que, ao final do exercício de 2022, o terreno:

- (A) não pode ser considerado bem público até que seja formalmente destinado por lei específica como local de uso público;
- (B) é classificado como bem imóvel de infraestrutura, dada a sua destinação para compor a estrutura pública de lazer do município;
- (C) deve ser classificado como bem de uso especial, uma vez que será utilizado para um serviço público específico após a construção;
- (D) já deve ser considerado bem de uso comum do povo, pois foi destinado à construção de uma praça, ainda que não esteja aberto ao uso coletivo;
- (E) deve ser tratado como bem dominical, pois, embora integre o patrimônio municipal, ainda não está afetado a nenhuma finalidade pública concreta.

38

Considere as informações apresentadas no quadro a seguir, relativas a ente municipal, que representam variações patrimoniais registradas ao longo de um exercício financeiro.

Variações patrimoniais registradas no exercício	Valor (em milhares de R\$)
Multas e juros incorridos por atraso em pagamentos	150,00
Perda de estoques	200,00
Doações recebidas	250,00
Ganho na reavaliação de imóveis	300,00
Rendimentos de aplicações financeiras	350,00
Juros sobre operações de crédito	400,00
Subvenções sociais a entidades culturais	450,00
Contribuições para custeio de iluminação pública	500,00
Depreciação de bens móveis	550,00
Transferências a consórcio público	600,00
Consumo de material de expediente e limpeza	650,00
Tarifas de serviços de limpeza urbana	700,00
Custo dos serviços prestados pela limpeza urbana	750,00
Benefícios previdenciários pagos	1.000,00
Encargos patronais	3.500,00
Impostos de competência municipal	11.500,00
Transferências constitucionais e legais	15.500,00
Vencimentos e vantagens fixas	15.500,00

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que, em decorrência das referidas variações patrimoniais, no final do exercício foi apurado que o patrimônio líquido do ente municipal foi impactado, em milhares de reais, no valor de:

- (A) R\$ 5.050,00;
- (B) R\$ 5.350,00;
- (C) R\$ 5.650,00;
- (D) R\$ 6.050,00;
- (E) R\$ 7.450,00.

39

Um ente estadual possui um edifício administrativo de 10 andares localizado no centro da cidade, registrado em seu patrimônio no grupo Ativo Imobilizado. Ao final do exercício de 20x3, o valor contábil do ativo era de R\$ 3.000.000,00 (custo histórico de R\$ 5.000.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 2.000.000,00). No final desse mesmo ano, o ente procedeu à reavaliação dos seus imóveis de uso administrativo. O laudo técnico determinou que o valor justo do prédio é de R\$ 4.600.000,00.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para tratamento de reavaliação de itens classificados no Ativo Imobilizado e o caso hipotético apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado;
- (B) o valor do imóvel sofreu um decréscimo de R\$ 400.000,00, que deverá ser reconhecido como variação patrimonial diminutiva, no grupo desvalorização e perdas de ativos;
- (C) um ganho de R\$ 1.600,00 deve ser lançado como receita patrimonial, uma vez que o aumento decorre de valorização patrimonial, mas não tem impacto direto no patrimônio líquido do ente;
- (D) a diferença entre o valor justo e o valor contábil deve ser reconhecida como ganho na Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício, não sendo admitido o uso de conta específica de reserva de reavaliação;
- (E) o ganho por reavaliação deve ser registrado apenas sobre o valor líquido do imóvel, mantendo-se inalterado o custo histórico, pois é vedado reclassificar a depreciação acumulada em casos de reavaliação.

40

Uma entidade autárquica estadual recebeu, por doação, um edifício de quatro andares que estava sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O termo de doação informou que o imóvel estava avaliado em R\$ 7 milhões. Desde a sua construção, o edifício foi utilizado por dez anos para atividades administrativas, mas na data da doação estava desocupado havia dois anos. A equipe da superintendência de infraestrutura da autarquia realizou vistoria no imóvel e concluiu que ele se encontra em bom estado, sem comprometimentos estruturais, sendo necessários reparos moderados. A SPU costuma adotar uma vida útil contábil padrão de 30 anos para imóveis usados em atividades administrativas. Esse mesmo padrão é adotado pela entidade autárquica.

Considerando o caso hipotético apresentado, as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para tratamento da depreciação e definição de vida útil de bens usados anteriormente à posse pela Administração Pública, é correto afirmar que a autarquia:

- (A) deve fixar a vida útil em dez anos, correspondentes ao período já utilizado pela SPU, pois as normas contábeis exigem que o ente público continue a contagem a partir da primeira utilização do bem;
- (B) deve preferencialmente adotar a metade da vida útil padrão da classe de ativos (15 anos), pois essa é a regra geral recomendada quando o bem possui uso anterior;
- (C) pode depreciar o imóvel por mais 18 anos, período restante da vida útil contábil padrão adotado pela entidade para imóveis usados em atividades administrativas;
- (D) deve considerar uma vida útil residual de seis anos, uma vez que bens recebidos em doação devem ter vida útil reduzida a um quinto da vida útil original prevista para a classe de ativos;
- (E) pode iniciar a depreciação do imóvel recebido em doação somente após uma avaliação técnica que defina o tempo de vida útil pelo qual o bem ainda poderá gerar benefícios econômicos.

41

Uma fundação pública federal está envolvida em um processo judicial movido por ex-servidores, que reivindicam diferenças remuneratórias relativas aos últimos cinco anos. A assessoria jurídica da entidade classificou a probabilidade de perda como provável, o que implica a necessidade de reconhecimento de uma provisão pela contabilidade da fundação. Para mensurar a provisão no encerramento do exercício financeiro, os analistas contábeis da contabilidade reuniram as seguintes informações:

- a assessoria jurídica estima que o valor total devido poderá variar entre R\$ 3,5 milhões e R\$ 5,2 milhões, dependendo do desfecho das perícias;
 - a estimativa mais provável, considerando os casos semelhantes já julgados, é de R\$ 4,2 milhões;
 - caso a fundação decida por um acordo administrativo, é provável que o desembolso seja reduzido para R\$ 3,8 milhões, mas não há decisão formal autorizando essa alternativa;
 - o pagamento, caso ocorra, deverá ser realizado em até 15 meses, sem atualização relevante que altere a mensuração.
- Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre mensuração de provisões, é correto afirmar que a entidade deve registrar uma provisão de:

- (A) R\$ 3,5 milhões (valor mínimo do intervalo), por representar uma estimativa conservadora de desembolso e evitar superavaliação do passivo;
- (B) R\$ 5,0 milhões (valor máximo estimado), de forma a assegurar o fluxo de recursos diante da incerteza existente;
- (C) R\$ 3,8 milhões, pois o possível acordo tem probabilidade de reduzir o desembolso, ainda que não tenha sido autorizado formalmente;
- (D) R\$ 4,2 milhões, por representar a estimativa mais provável do desembolso, conforme evidências disponíveis na data das demonstrações;
- (E) R\$ 4,35 milhões (valor médio entre os limites estimados), pois as normas contábeis orientam que, para intervalos, utiliza-se sempre a média aritmética.

42

Para gerar informações relevantes e fidedignas, os entes públicos com competência arrecadatória devem observar regras orçamentárias e contábeis para reconhecimento dos tributos, que constituem transações sem contraprestação e que representam a principal fonte de financiamento da ação governamental.

Nesse sentido, à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o reconhecimento contábil de um crédito a receber de tributos:

- (A) deve adotar como base de mensuração o valor justo na data do registro;
- (B) deve ocorrer apenas quando da efetiva arrecadação, conforme disposições legais;
- (C) origina lançamentos nas classes 1 e 4 do PCASP;
- (D) ocasiona lançamentos na classe 6 do PCASP, para controle da receita realizada;
- (E) não permite ajuste para perdas de créditos, exceto quando estes forem inscritos na dívida ativa.

43

Em um dado exercício financeiro, uma autarquia federal contratou um serviço de manutenção predial preventiva (limpeza de calhas, pintura, pequenos reparos elétricos e hidráulicos), no valor de R\$ 460.000,00. O serviço de manutenção visa a manter as condições de uso dos imóveis usados pela autarquia, sem aumentar sua capacidade nem agregar novos bens ou ampliar a estrutura existente. No mesmo exercício financeiro, a autarquia adquiriu 50 notebooks novos para uso em suas atividades administrativas, no valor de R\$ 250.000,00.

Com base nos conceitos e padrões definidos no Manual de Informações do Sistema de Custos do Governo Federal (2025) e nas práticas de contabilidade de custos aplicadas ao setor público, é correto afirmar que, no caso hipotético apresentado:

- (A) a aquisição dos notebooks deve ser classificada como custo operacional, pois são insumos para a atividade administrativa; e a manutenção predial deve ser registrada como investimento, pois prolonga a vida útil dos imóveis;
- (B) a manutenção predial deve ser considerada custo, pois é necessária à prestação dos serviços públicos; e a aquisição dos notebooks deve ser tratada como investimento e não como custo;
- (C) a manutenção predial deve ser considerada despesa, pois não está associada a um objeto específico de custo; e a aquisição dos notebooks deve ser tratada como custo, uma vez que os computadores serão utilizados na prestação de serviços;
- (D) a manutenção predial deve ser considerada custo indireto alocável aos serviços públicos; e a aquisição dos notebooks deve ser considerada despesa de capital;
- (E) ambos os desembolsos, a manutenção predial e a aquisição dos notebooks, devem ser considerados como gastos, mas somente a manutenção predial será tratada como despesa.

44

À luz das disposições do PCASP para registro de fatos que dão origem a informações de natureza patrimonial e dos mecanismos de controle para possibilitar a consolidação das contas públicas, a doação de um imóvel da União sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a uma entidade autárquica estadual deve ser lançada da seguinte forma na entidade recebedora da doação:

- (A) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação
C 6.2.1.2.1.xx.xx Outras Receitas de Capital;
- (B) D 6.2.2.1.3.01.xx Transferências de Capital
C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação;
- (C) D 3.5.2.3.4.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – Estado
C 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União;
- (D) D 3.5.2.3.4.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – Estado
C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação;
- (E) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação
C 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União.

Texto 1

Considere os dados a seguir, extraídos do sistema de contabilidade do ente municipal X.

Balanco Patrimonial em 31/12/20x0 (valores em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE	3.500,00	PASSIVO CIRCULANTE	1.500,00
Caixa e equivalente de caixa (F)	2.000,00	Fornecedor/ Contas a pagar de curto prazo (F)	1.200,00
Depósitos restituíveis (F)	300,00	Valores de terceiros restituíveis (F)	300,00
Crédito de curto prazo – Tributos a receber (P)	700,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.500,00
Estoques de curto prazo (P)	500,00	Empréstimos de longo prazo (P)	2.500,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.500,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.000,00
Investimentos	1.500,00	Patrimônio social/Capital social	5.000,00
Imobilizado	6.000,00	Resultado acumulado	2.000,00
TOTAL DO ATIVO	11.000,00	TOTAL DO PASSIVO E PL	11.000,00

Valores (em milhares de reais) relativos ao planejamento e execução orçamentária no exercício 20x1

Especificação	Previstas	Lançadas	Arrecadadas
RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.800,00	10.500,00
Tributárias	1.000,00	1.200,00	900,00
Transferências Correntes	7.500,00	8.000,00	8.000,00
Outras Receitas Correntes	1.500,00	1.600,00	1.600,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	1.700,00	1.700,00
Operações de Crédito	700,00	700,00	700,00
Transferências de Capital	1.300,00	1.000,00	1.000,00
TOTAL	12.000,00	12.500,00	12.200,00

Especificação	Autorizadas na LOA	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
DESPESAS CORRENTES	9.500,00	10.100,00	9.600,00	9.300,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
Juros e Encargos da Dívida	300,00	300,00	300,00	300,00
Outras Despesas Correntes	4.400,00	5.000,00	4.500,00	4.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00	2.300,00	1.900,00	1.500,00
Investimentos	1.900,00	1.700,00	1.300,00	900,00
Amortização da Dívida	600,00	600,00	600,00	600,00
TOTAL	12.000,00	12.400,00	11.500,00	10.800,00

Além dos dados apresentados, considere que:

- no exercício de 20x1 foram abertos créditos adicionais suplementares para Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 700,00, com recursos de superávit financeiro apurado no Balanco Patrimonial do exercício de 20x0;
- a metade do valor do saldo dos estoques ao final do exercício de 20x0 foi consumida em 20x1;
- as despesas de depreciação relativas ao ativo imobilizado totalizaram R\$ 500,00 em 20x1;
- o valor das despesas de capital do grupo Investimentos executado no orçamento foi direcionado para a aquisição de itens do Ativo Imobilizado;
- o saldo da conta fornecedores (que constitui restos a pagar processados) ao final do exercício de 20x0 foi integralmente pago em 20x1;
- o saldo de valores de terceiros restituíveis ao final do exercício de 20x0 foi integralmente pago em 20x1;
- foram recebidos R\$ 200,00 em valores de terceiros relativos a contratos (depósitos em garantia), vinculados a restituição em prazo futuro determinado.

45

A partir dos dados apresentados no texto 1 e das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) quanto à elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, é correto afirmar que o saldo final da conta Caixa e Equivalente de Caixa (F) no exercício de 20x1, em milhares de reais, corresponde a:

- (A) R\$ 1.400,00;
 (B) R\$ 1.700,00;
 (C) R\$ 2.100,00;
 (D) R\$ 2.200,00;
 (E) R\$ 3.400,00.

46

A partir dos dados apresentados no texto 1 e das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) quanto à elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, o valor do passivo exigível no encerramento do exercício de 20x1, em milhares de reais, corresponde a:

- (A) R\$ 700,00;
- (B) R\$ 1.600,00;
- (C) R\$ 2.800,00;
- (D) R\$ 3.500,00;
- (E) R\$ 4.200,00.

47

A partir dos dados apresentados no texto 1 e das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) quanto à elaboração Balanço Financeiro, considere que, à exceção do serviço da dívida, 40% dos dispêndios do ente municipal X em 20x1 estão vinculados a programações das áreas de saúde e educação.

Sendo essa a única vinculação, o valor da despesa orçamentária vinculada a ser evidenciado no Balanço Financeiro de 20x1, em milhares de reais, corresponde a:

- (A) R\$ 4.240,00;
- (B) R\$ 4.440,00;
- (C) R\$ 4.600,00;
- (D) R\$ 4.720,00;
- (E) R\$ 4.840,00.

48

Em decorrência de uma pane no sistema que gera as demonstrações contábeis a partir dos registros de transações e saldos apurados, a equipe de contabilidade de um ente público precisou elaborar as demonstrações manualmente, em planilhas eletrônicas.

Ao se deparar com saldos relativos a (i) recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas; (ii) recebimentos de caixa de sinistros e outros benefícios da apólice; e (iii) recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios, a equipe de contabilidade deve considerar que se trata de:

- (A) transações sem contraprestação;
- (B) variações patrimoniais qualitativas;
- (C) transferências financeiras recebidas;
- (D) fluxos de caixa das atividades operacionais;
- (E) variações independentes da execução orçamentária.

49

Um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) a ser publicado pelos órgãos do Poder Judiciário, a exemplo dos tribunais de Justiça, é o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar. Um servidor recém-empossado em um tribunal de Justiça foi designado para analisar o referido anexo antes de sua publicação no portal da transparência.

Em sua análise, o servidor deve considerar que o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

- (A) circunscreve o conceito de disponibilidade de caixa a numerário e de outros valores em tesouraria e saldos disponíveis em bancos;
- (B) deve delimitar a informação sobre a disponibilidade de caixa ao saldo no início e no final do exercício;
- (C) deve segregar os recursos disponíveis em ordinários e vinculados, sendo obrigatório detalhar apenas as vinculações legais;
- (D) não exige a evidenciação de recursos de natureza extraorçamentária, sejam ordinários ou vinculados;
- (E) tem como particularidade o detalhamento dos itens “recursos vinculados a precatórios” e “recursos vinculados a depósitos judiciais”.

50

No início do terceiro ano do mandato, a equipe da Secretaria de Infraestrutura de um estado da federação constatou que seus projetos de infraestrutura estavam sofrendo atrasos e comunicou o fato ao secretário da pasta. Após reunião com o governador do estado, o secretário propôs alocar, nesses projetos, recursos originalmente destinados a programas e ações da pasta da Cultura, sob o argumento de prioridade do interesse público. Para agilizar o andamento das ações, a realocação de recursos foi feita por meio da publicação de uma portaria. No encerramento do exercício financeiro, o relatório de execução orçamentária apresentou valores consolidados, sem discriminar a origem e a alocação dos recursos remanejados.

A situação hipotética descrita representa uma violação direta do princípio orçamentário da:

- (A) unidade;
- (B) legalidade;
- (C) exclusividade;
- (D) especificação;
- (E) universalidade.

51

Durante a análise técnica do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) encaminhada pelo Poder Executivo estadual em um dado exercício, um analista de planejamento constatou que o Anexo de Metas Fiscais apresentava:

- metas anuais de resultado primário e nominal para três exercícios;
- projeção da dívida consolidada e mobiliária;
- metodologia de cálculo das metas;
- avaliação do impacto fiscal de renúncias tributárias.

Contudo, o projeto não continha um dos elementos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no mesmo anexo, elemento esse cuja ausência comprometeria a possibilidade de comparação da sustentabilidade fiscal ao longo do tempo.

O analista de planejamento registrou a sua constatação como “descumprimento material do conteúdo obrigatório do Anexo de Metas Fiscais previsto em lei complementar”.

Com base no Art. 165 da Constituição Federal e no Art. 4º da LRF, a exigência faltante no Anexo de Metas Fiscais que explica a conclusão do analista de planejamento é:

- (A) a apresentação das metas de despesa total consolidada para o exercício da LDO e os dois seguintes;
- (B) a demonstração da evolução do patrimônio líquido, que deve acompanhar o Anexo de Riscos Fiscais e não pode ser deslocada para o Anexo de Metas Fiscais;
- (C) as estimativas da variação do PIB e da taxa de juros para o exercício, que integram os agregados macroeconômicos;
- (D) o demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício anterior;
- (E) o quadro de compatibilidade entre as metas fiscais e as metas físicas setoriais, para assegurar integridade ao planejamento.

52

No início do segundo quadrimestre de um dado exercício, o secretário de segurança pública de um estado da federação enviou ofício ao governador do estado, com cópia para o secretário de planejamento, informando a necessidade prioritária de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 13.000.000,00 para reforço de dotações para manutenção de contratos essenciais na área de segurança.

Após aval do chefe do Poder Executivo, os técnicos da Secretaria de Planejamento apuraram o seguinte cenário em termos de recursos disponíveis:

- I. superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior no valor total de R\$ 12.000.000,00, composto por: R\$ 4.500.000,00 vinculados a convênios na área de educação; R\$ 2.500.000,00 provenientes de operações de crédito contratadas com destinação específica; e R\$ 5.000.000,00 sem vinculação (recursos ordinários);
- II. excesso de arrecadação, devidamente demonstrado, de R\$ 3.100.000,00, sendo: R\$ 1.100.000,00 de receitas de capital com destinação exclusiva a investimentos; R\$ 2.000.000,00 de receitas correntes não vinculadas;
- III. anulação parcial de dotações, possível até o limite de R\$ 4.500.000,00, sendo: R\$ 1.200.000,00 de dotações financiadas por receitas vinculadas; e R\$ 3.300.000,00 de dotações com recursos ordinários do Tesouro.

À luz dos dispositivos constitucionais e da Lei nº 4.320/1964 sobre créditos adicionais e fontes de recursos para sua abertura, o montante de recursos que pode ser destinado para a suplementação orçamentária demandada pelo secretário de segurança pública é de:

- (A) R\$ 7.500.000,00;
- (B) R\$ 8.300.000,00;
- (C) R\$ 10.300.000,00;
- (D) R\$ 12.000.000,00;
- (E) R\$ 14.400.000,00.

53

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) de um ente da Federação celebrou com a Fundação de Pesquisas Aplicadas (FPA), entidade também integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do estado, um acordo para execução de estudos técnicos destinados à formulação de políticas públicas. O acordo envolveu as operações a seguir.

1. A SECT descentralizou crédito para a FPA por meio de destaque, com a FPA executando diretamente as despesas necessárias à realização dos estudos.
2. Paralelamente, a SECT celebrou um contrato de prestação de serviços diretamente com a FPA, no valor de R\$ 2.300.000,00, a ser pago com recursos próprios da SECT. Nesse caso, não houve descentralização de crédito.
3. Para viabilizar a execução de parte dos serviços previstos no acordo, a FPA subcontratou uma empresa privada, utilizando parte do crédito descentralizado. Os pagamentos à empresa privada foram feitos pela FPA diretamente.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª ed. (MCASP, 2024) quanto ao registro de transações intraorçamentárias e descentralizações, na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- (A) a operação 1 é a única que deve gerar registro de receita e despesa intraorçamentária, pois envolve descentralização de créditos;
- (B) a operação 2 gera registro de receita e despesa intraorçamentária, pois envolve contraprestação financeira entre unidades da mesma esfera;
- (C) as operações 1 e 2 devem ser registradas como receitas e despesas intraorçamentárias, pois toda movimentação financeira entre unidades de um mesmo orçamento exige registro dessa natureza;
- (D) as operações 2 e 3 devem ser registradas como receitas e despesas intraorçamentárias, pois envolvem contraprestação financeira entre unidades da mesma esfera, com recursos orçamentários transferidos;
- (E) nenhuma das operações deve ser registrada como receita ou despesa intraorçamentária, pois são execuções internas que não configuram receita para a unidade prestadora.

54

Com base em valores históricos, um ente da federação estima arrecadar, em um dado exercício, os seguintes valores relativos ao principal tributo da sua competência:

Descrição	Valor (em R\$)
Receita Principal	79.000.000,00
Multas e Juros de Mora sobre a Receita Principal	7.000.000,00
Dívida Ativa da Receita Principal	13.000.000,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita Principal	1.000.000,00

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) relativas à classificação de receita segundo o critério de "Tipo" (último dígito da classificação segundo a natureza), é correto afirmar que o valor de:

- (A) R\$ 8.000.000,00 deverá ser classificado no Tipo 3, pois representa os acréscimos moratórios gerados sobre o valor principal lançado do tributo;
- (B) R\$ 14.000.000,00 deverá ser classificado no Tipo 2, pois representa a dívida ativa do tributo e seus acréscimos moratórios;
- (C) R\$ 79.000.000,00 deverá ser classificado no Tipo 1, pois representa a arrecadação do valor principal da receita lançada;
- (D) R\$ 86.000.000,00 deverá ser classificado no Tipo 0, pois representa o tributo e seus acréscimos moratórios arrecadados no mesmo exercício;
- (E) R\$ 100.000.000,00 deverá ser classificado de forma consolidada no Tipo 1, pois representa desdobramento da mesma origem da receita.

55

O cancelamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar (RP) deve observar rotinas específicas quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária e de controle. Quando da necessidade de cancelamento de despesa inscrita em restos a pagar, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que:

- (A) a conta 6.3.1.9.x.xx RP não processados cancelados (natureza orçamentária) será creditada somente quando se tratar de RP não processados a liquidar;
- (B) a obrigação patrimonial deve ser cancelada com contrapartida em conta de variação patrimonial;
- (C) nos casos em que houver obrigação a pagar e esta se referir a RP processados, deve-se manter o atributo financeiro "F";
- (D) nos casos em que houver obrigação a pagar, deve-se alterar o atributo financeiro "F" para atributo "P";
- (E) os lançamentos de natureza de controle serão feitos nas mesmas contas, independentemente do estágio em que a despesa se encontrar.

56

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Territorial de um ente da federação está elaborando sua proposta orçamentária para o próximo exercício. Os técnicos da área de planejamento precisam classificar e codificar corretamente quatro ações orçamentárias que compõem o Programa “Fortalecimento da Infraestrutura dos municípios do estado”. As ações orçamentárias que compõem o programa estão descritas a seguir.

Ação	Valor (em R\$)
Implantação de Unidades Intermunicipais de Logística e Monitoramento, com prazo de 36 meses e execução de obras novas.	12.700.000,00
Manutenção e Operação de Centros Regionais de Infraestrutura, realizada de forma contínua, sem prazo de conclusão.	8.100.000,00
Transferências Voluntárias a municípios para cofinanciamento de obras de expansão da capacidade de serviços locais nos próximos 24 meses, sem contrapartida direta para a Secretaria.	13.000.000,00
Modernização de Sistema de Monitoramento Geotécnico, com duração limitada a 18 meses, vinculada à implantação de equipamentos novos.	7.900.000,00

Sob a perspectiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Territorial, as ações propostas que devem ser classificadas como projetos totalizam:

- (A) R\$ 20.600.000,00;
- (B) R\$ 28.700.000,00;
- (C) R\$ 33.600.000,00;
- (D) R\$ 33.800.000,00;
- (E) R\$ 41.700.000,00.

57

No último quadrimestre do exercício financeiro de 20x4, um determinado ente estadual registrou uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 90 bilhões.

Em atenção aos limites dispostos na Lei Complementar nº 101/2000 para controle e equilíbrio da gestão fiscal, é correto afirmar que, no referido exercício, a despesa total com pessoal no âmbito do Poder Judiciário:

- (A) pode chegar a R\$ 7,2 bilhões, compartilhados com o Ministério Público do Estado;
- (B) está limitada à execução anual de R\$ 2,7 bilhões;
- (C) está sujeita à referência de R\$ 1,8 bilhão por quadrimestre;
- (D) pode atingir R\$ 2,25 bilhões por quadrimestre se for ano eleitoral;
- (E) tem como limite prudencial o valor de R\$ 5,13 bilhões.

58

Uma autarquia estadual que atua na área de educação está implementando melhorias em seu sistema de governança. Porém, durante uma ação da unidade de auditoria interna da autarquia, os auditores constataram que, embora existam diretrizes formalizadas para contratação e gestão de fornecedores, decisões críticas continuam sendo tomadas por gestores intermediários, sem avaliação estruturada de riscos. Não foram encontradas evidências de que a administração da autarquia tenha definido claramente seu apetite a risco. Ao analisar o fluxo de aprovação de projetos recentes, os auditores identificaram também que nenhum processo formal foi utilizado para identificar eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais.

À luz da Estrutura Integrada de Controle Interno (COSO I) e dos componentes definidos na estrutura, essa situação hipotética ilustra o comprometimento do princípio do(a):

- (A) comunicação interna;
- (B) avaliação de riscos relevantes;
- (C) condução de avaliações contínuas;
- (D) identificação e análise de mudanças significativas;
- (E) estabelecimento de estrutura de autoridade e responsabilidade.

59

Uma equipe de auditoria foi designada para examinar a conformidade de 18.000 registros de concessões de benefícios realizadas por um órgão federal. Em decorrência do volume, não há possibilidade de a equipe revisar toda a população. A equipe precisa selecionar uma amostra probabilística que assegure que todos os elementos da população tenham probabilidade conhecida e diferente de zero de serem selecionados. Adicionalmente, a técnica utilizada para isso deve permitir a redução da variabilidade interna da amostra, dado que os benefícios têm características distintas quanto à natureza (assistenciais, previdenciários e indenizatórios) e quanto ao valor médio concedido.

Considerando as definições clássicas de amostragem em auditoria, a técnica probabilística mais apropriada para essa auditoria é a amostragem:

- (A) aleatória simples, porque cada elemento da população tem exatamente a mesma chance de ser selecionado e não há necessidade de dividir a população;
- (B) estratificada, pois a divisão da população em grupos homogêneos, segundo características relevantes, reduz a variabilidade interna e aumenta a precisão dos resultados;
- (C) por conglomerados, porque permite selecionar grupos inteiros de benefícios, como unidades regionais, reduzindo custos logísticos;
- (D) por julgamento, porque os auditores podem selecionar os tipos de benefício que considerarem mais críticos para análise detalhada;
- (E) sistemática, pois permite selecionar elementos em intervalos regulares, facilitando o processo operacional sem necessidade de estratos.

60

Durante um trabalho de auditoria em um fundo estadual de desenvolvimento econômico, a equipe identificou casos de financiamentos concedidos a empresas privadas que apresentavam inconsistências entre os valores aprovados, os valores efetivamente liberados e os valores informados pelos bancos operadores. Por meio da análise detalhada de relatórios eletrônicos dos financiamentos concedidos, os auditores constataram que alguns documentos internos divergiam dos demonstrativos enviados pelos bancos e que, em diversos casos, as empresas beneficiárias declararam valores de investimento inferiores aos registrados no sistema de controle das operações. A equipe precisa aplicar uma técnica de auditoria que permita obter evidências independentes que ratifiquem ou rejeitem a exatidão das informações fornecidas pela entidade e pelas empresas beneficiárias, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades na execução dos financiamentos.

Com base nas técnicas de auditoria abordadas em publicações do Tribunal de Contas da União, a técnica apropriada para produzir evidências no caso hipotético apresentado é o(a):

- (A) circularização;
- (B) revisão analítica;
- (C) conferência de cálculos;
- (D) mapeamento de processos;
- (E) inspeção de documentos internos.

61

O Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu uma denúncia formal, relatando que uma estatal federal teria contratado serviços de consultoria com dispensa de licitação para emitir pareceres sobre conveniência de contratos de grande vulto. A denúncia aponta que os pareceres emitidos teriam servido para justificar irregularidades, sem avaliação adequada dos riscos e da justificativa técnica. Considerando a pertinência dos fatos relatados na denúncia, o TCU decidiu realizar uma fiscalização para verificar a veracidade dos fatos, examinar a legitimidade dos atos de contratação e avaliar se houve irregularidade e prejuízo ao erário. Em princípio, não ficou definida a necessidade de examinar todos os contratos da estatal, nem de acompanhar sua gestão futura. O propósito inicial se limita a apurar as alegações da denúncia para trazer esclarecimentos sobre a legalidade e legitimidade dos atos.

Em vista das definições dos instrumentos de fiscalização adotados por organismos de controle como o TCU, o instrumento de fiscalização mais adequado para o caso hipotético apresentado é o(a):

- (A) acompanhamento;
- (B) auditoria;
- (C) inspeção;
- (D) levantamento;
- (E) monitoramento.

62

No decurso de uma auditoria interna em uma instituição federal de educação, a área de auditoria teve acesso a documentos contendo dados pessoais sensíveis de estudantes, tais como histórico acadêmico, dados de renda e documentos de identificação pessoal. Os auditores também acessaram informações estratégicas da instituição, que incluem dados financeiros, planejamento de investimentos e convênios. Após a conclusão do trabalho, um dos auditores da equipe foi realocado para outra área da instituição. Esse auditor mantivera, em seu dispositivo pessoal de armazenamento, (laptop), cópias de relatórios e planilhas com essas informações confidenciais, “para consulta futura”. Posteriormente, esse dispositivo foi danificado e os dados se tornaram potencialmente acessíveis a terceiros.

À luz dos requisitos abordados nas Normas Globais de Auditoria Interna (The IIA, 2024), especificamente no item 5.2 – Proteção das Informações, a evidência de não conformidade diretamente violada pela atuação desse auditor interno é:

- (A) falta de controle de acesso digital;
- (B) uso indevido da informação para benefício pessoal;
- (C) falta de liberação formal da informação a partes internas ou externas;
- (D) falha na custódia, na retenção e no descarte adequado dos registros de auditoria;
- (E) falha no entendimento das leis e regulamentos aplicáveis à privacidade e segurança da informação.

63

O Ministério Público ingressou com ação em face do Estado Alfa, em razão dos danos causados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, o *Parquet* invocou as regras aplicáveis à responsabilidade civil do Estado, à luz da teoria do risco integral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário dominante, a responsabilidade civil do Estado, à luz da teoria do risco integral, é:

- (A) objetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima ou de terceiro, mas não com fulcro no caso fortuito ou força maior;
- (B) subjetiva, não se admitindo a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (C) subjetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (D) objetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (E) objetiva, não se admitindo a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior.

64

José, servidor público competente, determinou a abertura de investigação, na esfera administrativa, em detrimento de João, agente público, sob o fundamento de que João teria perpetrado ilícito administrativo. Contudo, José assim agiu para satisfazer interesse privado, desvinculado do interesse público, já que João é seu desafeto de longa data e não praticou qualquer ato antijurídico.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, a prerrogativa reconhecida à administração para investigar e punir os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, é uma manifestação do poder:

- (A) regulamentar, mas José agiu com desvio de poder;
- (B) hierárquico, mas José agiu com excesso de poder;
- (C) disciplinar, mas José agiu com desvio de poder;
- (D) de polícia, mas José agiu com excesso de poder;
- (E) de polícia, mas José agiu com desvio de poder.

65

O juízo de direito titular da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro editou uma ordem de serviço, encaminhando-a, em seguida, à Corregedoria Geral da Justiça para fins de homologação, com o objetivo de padronizar os procedimentos cartorários de processamento dos autos remetidos à serventia pela Vara das Garantias.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a ordem de serviço é um ato administrativo:

- (A) enunciativo e negocial, ao mesmo tempo;
- (B) ordinatório e negocial, ao mesmo tempo;
- (C) enunciativo;
- (D) ordinatório;
- (E) negocial.

66

João e Maria tiveram um embate argumentativo, considerando as ideias que prestigiavam. João, valendo-se de sua liberdade de expressão, teria feito comentários que Maria entendia serem prejudiciais à sua imagem no ambiente sociopolítico e, em último nível, ao seu direito à honra. Por tal razão, Maria ajuizou ação de reparação de danos morais em face de João.

O juiz de direito, ao julgar a causa, observou corretamente que:

- (A) a ordem constitucional somente consagra o direito fundamental à liberdade de expressão, não o direito à honra;
- (B) a liberdade de expressão, em ambientes democráticos, sempre tem preferência sobre outros direitos, a exemplo da honra;
- (C) os direitos fundamentais oferecem proteção absoluta à pessoa humana; logo, é argumentativamente insustentável a colisão cogitada por Maria;
- (D) o direito à honra decorre da dignidade humana, assumindo contornos absolutos, sendo insuscetível de ser objeto de compressão pela liberdade de expressão;
- (E) a identificação do direito que deve preponderar, em maior ou menor medida, se a liberdade de expressão ou o direito à honra, será feita à luz das circunstâncias do caso concreto.

67

O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

- (A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
- (B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
- (C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
- (D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
- (E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

68

O prefeito do Município Sigma almeja contratar pessoa com expertise na área de gestão e governança digital, para dirigir um setor especificamente direcionado ao aprimoramento das atividades que demandam suporte tecnológico, de modo a aprimorar os serviços oferecidos à população. A exigência de um profissional qualificado para a direção do setor refletia uma necessidade permanente da Administração Pública.

Ao consultar sua assessoria jurídica em relação ao formato da referida contratação, o chefe do Poder Executivo municipal foi corretamente esclarecido de que:

- (A) deve ser utilizada a sistemática da contratação temporária;
- (B) a contratação deve ser antecedida pela aprovação da pessoa em concurso público;
- (C) podem ser utilizadas as sistemáticas do cargo em comissão e da função de confiança;
- (D) somente pode ser utilizada a sistemática do cargo em comissão, caso não haja prévia aprovação em concurso público;
- (E) somente pode ser utilizada a sistemática da função de confiança, caso não haja prévia aprovação em concurso público.

69

Um determinado ente federado elaborou um projeto de educação complementar para jovens de baixa renda. O projeto envolve promoção de oficinas culturais e artísticas e atividades de reforço de conteúdos escolares, com foco no desenvolvimento da cidadania. Para viabilizar a execução do projeto, o ente federado convidou uma organização da sociedade civil (OSC) com experiência na área. A OSC apresentou uma proposta detalhada para a execução do projeto, contendo descrição das atividades, metas, indicadores, cronograma e orçamento estimado. A proposta especifica que a OSC aportará recursos próprios no projeto, mas prevê a transferência de recursos financeiros pelo ente para custear a aquisição de materiais e a contratação de monitores especializados. A parceria será formalizada por instrumento jurídico com plano de trabalho, repasse de recursos, obrigações de monitoramento e prestação de contas, além da possibilidade de contrapartida por parte da OSC.

Considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, o instrumento jurídico adequado para formalizar essa parceria é:

- (A) termo de fomento;
- (B) termo de colaboração;
- (C) acordo de cooperação;
- (D) acordo de colaboração técnica;
- (E) termo de execução descentralizada.

70

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pretende celebrar parcerias com organizações da sociedade civil para atividades de treinamento e difusão de informações sobre garantias sociais e direitos humanos fundamentais. As parcerias a serem celebradas envolvem repasse de verbas e serão precedidas de chamamento público para selecionar a melhor proposta, bem como para aferir a capacidade técnica e operacional do proponente.

Nos termos do Ato Normativo TJRJ nº 06/2018, o chamamento público:

- (A) deve ser realizado na modalidade exclusivamente eletrônica;
- (B) deve prever prazo mínimo de 15 dias úteis para a apresentação de propostas;
- (C) não deve adotar critérios subjetivos de julgamento, como inovação e criatividade;
- (D) deve especificar a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;
- (E) não pode incluir condições específicas para execução do objeto por público determinado ou delimitação territorial.

PROVA DISCURSIVA

Por recomendação de um acórdão do tribunal de contas, uma autarquia federal, sediada na capital de um ente da federação, criou em sua estrutura uma diretoria de gestão patrimonial para aperfeiçoar o controle e o monitoramento dos bens móveis e imóveis incorporados ao seu patrimônio. Em uma reunião de alinhamento com o contador geral da autarquia, o diretor de gestão patrimonial destacou os fatos a seguir ocorridos nos últimos anos que têm impacto na gestão do patrimônio da entidade:

- F1. A autarquia recebeu, por doação, um terreno de 1.000 m², localizado no centro da cidade, que estava sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos responsável pela gestão do patrimônio da União. O termo de doação informou que o terreno estava avaliado em R\$ 4,6 milhões. O terreno deve ser destinado à construção de um centro de atendimento a usuários dos serviços prestados pela autarquia.
- F2. Após dois anos do recebimento da doação do terreno pela SPU, a construção do centro de atendimento ainda não tinha sido iniciada, mas a instalação de um shopping center e um edifício corporativo nas proximidades do terreno valorizou a área em mais de 30%, de modo que o valor do terreno passou a ser avaliado em R\$ 6 milhões, conforme laudo de avaliação imobiliária elaborado por servidores técnicos da autarquia.
- F3. A autarquia é detentora de 30% de um imóvel de 20 andares localizado na região central da cidade, construído há 10 anos e incorporado ao patrimônio em uma transação envolvendo contrapartidas não financeiras. A propriedade sob controle da autarquia tem valor contábil líquido de R\$ 130 milhões. Dos seis andares sob seu controle, quatro estão alugados e geram receitas mensais. Os dois outros andares estão vazios, gerando despesas condominiais, e a entidade tem empreendido esforços para obter novos contratos de locação.
- F4. A autarquia adquiriu um equipamento de simulação de impactos de colisões há cinco anos pelo valor de R\$ 400.000,00, com valor residual de 10% e vida útil estimada em 12 anos, que foi registrado como ativo imobilizado. O equipamento é um ativo não gerador de caixa. Após o quinto ano de uso, uma nova tecnologia surgiu no mercado de simuladores de impactos, o que levou a entidade a adquirir um novo simulador para uso (com recursos de uma emenda parlamentar) e deixar o antigo como reserva. Em vista desse cenário, a equipe da diretoria de gestão patrimonial apurou que o valor líquido de venda do equipamento antigo está estimado em R\$ 180.000,00.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acerca de procedimentos contábeis patrimoniais envolvendo reconhecimento e mensuração inicial e subsequente de ativos e os fatos hipotéticos apresentados, faça o que se pede a seguir.

- a) Demonstre como a doação do terreno (F1) deve ser registrada na União e na autarquia, considerando a natureza da informação patrimonial e as regras para consolidação definidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- b) Demonstre como a autarquia deve tratar contabilmente a variação no valor do terreno (F2), com lançamentos, e qual o procedimento contábil caso a entidade detenha outros terrenos.
- c) Justifique em qual subgrupo do Ativo Não Circulante deve ser evidenciada a participação de 30% de um imóvel de 20 andares (F3) e quais as suas possibilidades de tratamento após o reconhecimento inicial.
- d) Apresente a classificação orçamentária (natureza) das receitas de locação e das despesas associadas aos andares vazios (F3) e demonstre os registros das receitas e das despesas associadas, considerando a natureza da informação patrimonial, abordada no PCASP.
- e) Demonstre o tratamento contábil a ser dado ao equipamento mais antigo de simulação de impactos de colisões, identificando valores e grupos de contas impactados.

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

Realização

